

23.julho.2020 – 14h00

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO

- Entidade:** **CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais**
A composição da delegação está disponível na [página da Comissão](#).
- Recebidos por:** Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva: Deputados António Cunha (PSD, Coordenador), Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD), Alexandra Vieira (BE) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).
- Assunto:** **Dificuldades sentidas na educação inclusiva, desafios atuais e propostas que apresentam**

Exposição: O Deputado António Cunha (PSD), Coordenador do [Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva](#) (GT), agradeceu a disponibilidade dos representantes da CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais e lembrou a grelha de tempos da reunião.

O Presidente da CONFAP transmitiu as seguintes preocupações, em síntese:

1. O fator tempo é muito limitativo para o envolvimento das famílias;
2. A nível do plano educativo individual (PEI) registam-se dificuldades na comunicação das famílias com a escola, por haver alguma vergonha daquelas em relação à situação dos educandos, registarem dificuldade de perceção integral da situação e bem assim de diálogo com as equipas multidisciplinares;
3. A 1.ª fase do processo é a avaliação do aluno, mas há falta de apoios nesse âmbito, sendo que a escola só a concretiza quase no fim do ano, pelo que as famílias têm de obter a avaliação no setor privado;
4. Os pais pedem que as reuniões na escola sejam em horário pós-laboral, para poder haver maior envolvimento e participação das famílias;
5. Cerca de 50% dos alunos referenciados ao abrigo do [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), têm uma ligeira deficiência e no final da escolaridade são empurrados para casa ou para centros de apoio operacional, que não oferecem resposta, e no limite para uma pensão de invalidez;
6. As salas de apoio à aprendizagem necessitam de ter capacidade de resposta, para os alunos não terem de ser direcionados para centros externos à escola;
7. Há necessidade de mais acompanhamento dos alunos;
8. Muitas vezes os documentos de avaliação são assinados pelos pais sem que estes percebam o seu alcance, pelo que há apenas uma regularidade formal e não há uma construção conjunta dos documentos, com participação da família.

Intervieram depois os Deputados Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD), Alexandra Vieira (BE) e Ana Rita Bessa (CDS-PP) que referiram o objetivo de uma sociedade e uma escola inclusiva, realçaram o facto de o ano atual ser atípico, questionaram quais as dificuldades do ensino à distância na educação inclusiva, os meios necessários, os efeitos registados a nível das

aprendizagens, qual a participação e a audição que foi feita dos pais e o que perspetivam para o próximo ano e para a recuperação, tendo em vista colmatar retrocessos deste ano.

O Deputado António Cunha (Coordenador do Grupo de Trabalho) transmitiu uma mensagem da Deputada Ana Mesquita (PCP), a qual informou que estava a acompanhar a audição via skype, mas não conseguiria intervir, no entanto o Grupo Parlamentar do PCP terá em atenção o que for dito, cumprimenta a CONFAP e agradece a sua exposição.

Na sequência das perguntas feitas e das observações colocadas, o Presidente da CONFAP referiu o seguinte:

1. Como movimento associativo pedem mais tempo para os pais e que as reuniões sejam em horário pós-laboral;
2. As famílias sentiram-se desamparadas durante a pandemia, uma vez que não é possível um acompanhamento eficaz não presencial, realçando que há diferentes níveis de dependência e de necessidades, tendo havido retrocesso de algumas crianças e nessa sequência a CONFAP propôs o regresso à escola;
3. Há necessidade de reforço de técnicos especializados;
4. Há necessidade de mais formação específica dos professores e assistentes operacionais (tanto mais que estes em muitos casos vieram dos Centros de Emprego e de outras funções, fora das escolas);
5. Estiveram em contacto com o Secretário de Estado da Educação sobre a situação e transmitiram-lhe as dificuldades e necessidades percecionadas e as propostas;
6. A escola inclusiva é para integrar todos, a lei é boa, em termos orientadores, mas é preciso criar condições para a escola dar resposta a todos, respeitando os seus ritmos;
7. Os centros de apoio operacional têm de ser mais do que um lar para deficientes;
8. A escola não prepara as crianças para a autonomia, a nível profissional e tem de o fazer;
9. Há necessidade de monitorização e controlo do regime;
10. O programa do sucesso escolar tem uma verba para a educação inclusiva, mas não sabem se foi utilizada;
11. Pedem mais salas de apoio especializadas;
12. Há necessidade de reforço dos técnicos especializados e de uma rede de apoio;
13. Há necessidade de assegurar o envolvimento das famílias, até para continuarem o trabalho em casa e para isso é preciso dar-lhes tempo;
14. É necessário ver se as práticas correspondem à teoria, resultante do regime legal.

A terminar, o Deputado António Cunha (PSD) agradeceu a exposição da CONFAP e solicitou que enviassem um contributo escrito.

A gravação da audição está disponibilizada na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 23 de julho de 2020

A assessora
Teresa Fernandes